

TECNO-EDU-CRACIA: O FUTURO DA DEMOCRACIA E SEUS NOVOS ATORES SOCIAIS

TECNO-EDU-CRACIA: THE FUTURE OF THE DEMOCRACY AND THEIR NEWS SOCIAL ACTORS

Pedro Costa Grobberio Pinheiro¹

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo discutir sobre a tecnologia inserida na vida humana. Para tal, será utilizado o romance 1984 de George Orwell: história de um funcionário público que vive em um regime totalitário, no qual não há nenhuma liberdade para o indivíduo, pois em todo momento e em qualquer lugar o “grande irmão” – figura que representa o partido totalitário – está vigiando o que todos estão fazendo. Portanto, por meio de uma contextualização com tal obra, mostrar-se-á os efeitos danosos que a tecnologia vem trazendo para a sociedade. Todavia, após delimitar todos os pontos negativos que ocorrem na realidade atual, buscar-se-á uma solução para evitar esse caminho obscuro.

Palavras-chave: George Orwell, Grande Irmão, tecnologia

Abstract: The objective of this paper is to discuss about the technology insert in human life. For this, it will be used the novel 1984, of George Orwell: the story is about a civil servant that lives in a totalitarian regime, in wich there is no individual freedom, because in all country and in all moment, the big brother’s watching everything that people do. So, through a contextualization with 1984, this paper pretends to show those dangerous effects that the technology make in the society. However, after delimited all of negative points, we will try to find a solution to avoid that’s obscure way.

Keywords: George Orwell, Big brother, technology

1 INTRODUÇÃO

Há muito se fala sobre as facilidades e praticidades que as tecnologias vêm trazendo desde o século passado. Nunca se evoluiu tão rápido quanto se evolui hoje, se traçarmos um gráfico de tempo *versus* progresso tecnológico, perceber-se-á que a tendência é que essa evolução cresça ainda mais, pode-se dizer que a curva de crescimento é uma exponencial que impressiona cada vez mais que cresce.

No entanto, toda evolução, seja ela cronológica ou tecnológica, vem acompanhada de conflitos e problemas que podem gerar revoluções e massacres. O homem, o ser mais engenhoso do

¹ Graduando em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV) E-mail: pedrogrobberio@gmail.com CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/9081757069824426>

planeta, foi o único que criou sua própria forma de extinção e ainda tenta aperfeiçoá-la. Não o bastante, o homem ainda está sedento por mais poder, por mais de nada, porque o poder é somente uma abstração que é fruto da arrogância e do senso de superioridade do indivíduo. Assim, a humanidade é regida por algo inexistente, mas que torna o homem o lobo do homem.

Por isso, deve-se tomar cuidado quando novas tecnologias surgem na sociedade. Isso porque, não se sabe as reais intenções que o sujeito ou grupo tinham quando tiveram a ideia de elaborar suas invenções. Quando as redes sociais começaram a surgir, o corpo social se maravilhou com a facilidade que o meio trouxe para a comunicação social. No entanto, no contexto contemporâneo já se percebe que, esse ambiente virtual é um terreno fértil para plantar notícias falsas sobre o mundo real.

De mesmo modo, quando os sites de busca surgiram, ninguém pensou que havia um algoritmo que estabelecia um padrão de busca do sujeito e que isso se tornaria uma mercadoria comercializada entre as empresas de tecnologia e o mercado comercial.

Os estudos aprofundados sobre as recentes inovações tecnológicas começaram a surgir quase uma década depois do aparecimento dessas ferramentas. Por isso, no presente trabalho, buscar-se-á expor alguns pontos que grande parte da sociedade desconhece, inclusive sobre os motivos e razões pelas quais as redes sociais são tão viciantes e tomam tanto tempo diário do ser humano.

Por intermédio de fatos e dados, fazendo uma comparação com a célebre obra 1984 de George Orwell, destrinchará-se os enigmas que circundam o universo virtual, mostrando uma realidade pouco assumida pelos seus viventes, mas que rege o contexto social contemporâneo.

Em vista disso, após a exposição da realidade na qual o indivíduo vive na contemporaneidade, formular-se-á uma solução para escapar do caminho no qual a humanidade está caminhando. A partir de uma visão centrada na promoção dos Direitos Fundamentais da pessoa humana, fundamentar-se-á a ideia sempre buscando a liberdade e a igualdade no corpo social.

2 A TECNOLOGIA ENTRE DISTOPIA E UTOPIA

George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, nasceu na Índia, ainda sobre o domínio inglês, no ano de 1903. Estudou, entretanto, no país capital – Reino Unido -, em colégios tradicionais. Tornou-se jornalista, crítico e romancista, é um dos mais influentes escritores do século XX, e possui como principais obras: *A revolução dos bichos* (1945) e *1984* (1949). Infelizmente, morreu de tuberculose no ano de 1950.

Em sua célebre obra - *1984*, Orwell propõe uma visão distópica para o futuro. Em sua sociedade fictícia, existe um Estado totalitário, o qual é centralizado na figura do partido que o governa. A figura do partido é simbolizada pela imagem mitológica de um líder eticamente superior e que possui o poder, quase milagroso, de governar a sociedade. Esse líder – O Grande Irmão – possui características deificadas, como a onipresença, na medida em que há pôsteres e imagens de sua figura em todos os lugares; a onisciência, visto que não havia liberdade alguma para a expressão individual, logo não se podia pensar sem ser vigiado; e a onipotência, pois não havia limites para sua ação, não havia regras que o limitasse.

O personagem central da obra, Winston, é um funcionário do baixo escalão do partido, que trabalha no Ministério da Verdade – lugar onde ocorria todo tipo de manipulação de informação de acordo com os interesses do partido. Winston, ao contrário da maioria da sociedade, sentia que algo estava errado em relação a tudo que o cercava, tinha pensamentos contrários ao Grande Irmão e durante a narrativa tenta de todas as formas subverter suas ordens.

No decorrer do romance, Winston encontra com diversos tipos de personagens: tinha aqueles indivíduos que eram totalmente envolvidos pela ideologia do partido; tinha as crianças, que eram praticamente programadas para vigiar seus pais; tinha a Júlia, que era, de início, vista por Winston como uma ameaça, mas depois os dois se envolveram em um romance proibido; e tinha O'brian, que, para Winston, pensava igual a ele. Entretanto quando Winston foi pego pela polícia das ideias, O'brian assume a função de torturador.

2.1 A OBRA: “1984” COMO PREVISÃO DE UM FUTURO PRÓXIMO

A perspectiva abordada em tal obra – visão distópica do futuro da sociedade – promove diversos questionamentos sobre as instituições do Estado; o papel da propaganda e da mídia como instrumentos de manipulação; e o controle total da sociedade por um poder implacável, sem limites.

Orwell, publicou a obra “1984”, no ano de 1949, atribuindo ao ano, o qual é título da obra, a visão pessimista do que podia ter se tornado a sociedade. Entretanto, mesmo que sua previsão não tenha ocorrido em tal data, ainda existe o potencial transformador de modificar a sociedade tal como Orwell descreveu.

Algo semelhante vem ocorrendo na contemporaneidade: a tecnologia vem aglutinando, cada vez mais, funções sociais, as quais propiciam um poder similar ao descrito por Orwell em sua célebre obra: 1984.

Apesar de a tecnologia, atualmente, ser um conjunto de ferramentas a serviço do ser humano, esse conjunto, evolui exponencialmente. A Lei de Moore – criada em 1965, por Gordon Moore um dos co-fundadores da Intel, indústria de processadores de computador – prevê que o poder dos computadores aumentaria tremendamente e seu custo cairia a um ritmo vertiginoso.

Esse brutal avanço possui uma perspectiva ilimitada para o futuro. Segundo Lisandro Zambenedetti Granville, presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), em um futuro a longo prazo a tecnologia possuirá atributos para fundir-se com o organismo humano. Em suas palavras, “Imaginando um cenário a mais longo prazo, eu não ficaria surpreso em adquirirmos a capacidade, por exemplo, de ‘tuitarmos nossos pensamentos’, literalmente.”

Em síntese, com a obra de Orwell - 1984 -, quando se lê sobre a Polícia das Ideias e, até mesmo, sobre os procedimentos de adequação a ideologia do partido, adotados no Ministério do Amor, enquanto Winston esteve lá, percebe-se que, se em algum momento do futuro for possível adentrar a mente humana e controlá-la, o projeto totalitário fictício de Orwell ganha existência real e ainda será aplaudido.

2.2 O uso de dados digitais em eleições e o Grande Irmão

A onisciência – caráter de um sujeito saber tudo o que os demais pensam – é uma das características do Grande Irmão, figura emblemática do partido que governa o Estado em que Winston vive. Esse poder, antes difícil de ser atingido, é buscado cada vez mais pela indústria tecnológica e por intermédio de suas ferramentas inteligentes, está sempre alcançando novos resultados no caminho desse poder.

A partir da virada do século XX para o XXI, surgiram as redes sociais - espaço virtual comunicacional, no qual as pessoas interagem entre si. Para entrar em um desses espaços, é necessário que o indivíduo disponha certas informações pessoais, para sua “identificação no meio”. A rede social “assegura” proteção desses dados, no entanto, no contexto contemporâneo, diversas denúncias de quebra de sigilo de dados vêm emergindo aos olhos da sociedade.

Consoante a isso, a aposentada professora de administração de negócio pela Harvard Business School e Ph.D. em psicologia social da Universidade de Harvard, Shoshana Zuboff, desenvolveu o termo **Capitalismo de Vigilância** em seu livro “The age of surveillance capitalism” (traduzido: a era do capitalismo de vigilância). Esse termo retrata a monetização de dados pessoais adquiridos pela vigilância das grandes empresas de tecnologia.

A utilização desses dados possui diversas vertentes de mercado, desde influenciar a compra de um sapato até alterar a corrida eleitoral da maior democracia do planeta. Informação é mercadoria e a tecnologia é sua maior ferramenta de busca e de captação. Neste sentido, o lado sombrio desse mercado começa a ser exposto. O primeiro caso de relevância, é o caso da empresa Cambridge Analytica – pertencente ao bilionário Robert Mercer – que usou dados pessoais de mais de cinquenta milhões de pessoas, para o uso político, sendo alvo de investigações nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

Por intermédio de um teste psicológico, pago pela empresa para os testados, posto dentro do Facebook, a empresa Cambridge Analytica coletou informações das pessoas que fizeram o teste e de seus amigos. Os dados recolhidos incluíam dados pessoais - como nome, profissão, local de moradia -; seus gostos; hábitos; e sua rede de contatos.

O uso político desses dados provocou tremores em todo o cenário político mundial. Na medida em que, questionamentos como até que ponto as escolhas políticas são influenciáveis por

informações estruturadas em notícias falsas e em pesquisas ilegais de controle psicológico surgem no imaginário social. Assim se põe em debate a legitimidade da democracia no contexto contemporâneo, o que é muito perigoso para a sociedade e pode fomentar o aparecimento de ideais totalitários.

A obra “1984” expõe categoricamente que os indivíduos, pertencentes àquela sociedade, não possuíam qualquer tipo de liberdade individual. Isso porque todas as ações deveriam estar alinhadas com os interesses do partido, logo tudo que se realizasse à margem desse conjunto de interesses era exterminado.

A falta de liberdade mostra outra face na sociedade do mundo não-fictício de hoje em dia, em vista de que essa repressão é velada dentro dos meios de comunicação digital, já que o sujeito que utiliza a ferramenta possui a impressão de estar realizando uma ação motivada por interesses próprios, quando, na verdade, desde o momento que ele abriu um navegador de busca - por exemplo - foi bombardeado por informações que o induziram a uma conclusão.

Nessa perspectiva, percebe-se que as Redes Sociais e os aplicativos para smartphone, foram desenvolvidos para viciar seus usuários. Nas palavras de um dos fundadores do Facebook, Sean Parker:

“Só Deus sabe o que estamos fazendo com a cabeça das crianças. Nós exploramos uma vulnerabilidade da psicologia humana. Eu; Mark (Zuckerberg); Kevin Systrom (criador do Instagram), todos nós entendemos isso, conscientemente, e fizemos mesmo assim.”

Para isso, utilizaram técnicas de cassinos para tornar viciante o uso de seus aplicativos.

“Nós pensamos: como podemos consumir o máximo possível do seu tempo e de sua atenção? Precisamos dar uma pequena dose de dopamina de vez em quando, mostrando que alguém gostou ou comentou uma foto, um post ou o que for.”

Essa técnica foi observada em um experimento dos anos 50, feito pelo professor de psicologia de Harvard, Burrhus Frederic Skinner. O estudioso analisou o comportamento de ratos presos em uma gaiola, alimentados variavelmente por uma alavanca, a qual era puxada pelos ratos para liberar a comida.

Ao acionar a alavanca, às vezes caía uma farta quantidade de comida, às vezes caía pouca quantidade e, por vezes, não caía nada. Chegou-se à conclusão de que os ratos que tocavam a

alavanca mais vezes não eram aqueles que recebiam mais comida, mas sim aqueles que recebiam comida de forma inconstante. Quanto mais variável a programação e mais incerto o prêmio, maior era a compulsão.

Com o smartphone, a lógica não é diferente - porque você nunca sabe ao certo quantas unidades de conteúdos (posts, fotos, likes) irá receber. O vício é tanto que a média brasileira de tempo gasto no celular é de três horas e dez minutos, segundo o relatório State of Mobile (2019), da empresa americana App Annie.

Essas técnicas aplicadas nos aplicativos iludem e alienam a vontade do indivíduo, o que é, altamente, prejudicial para todo o corpo social. Na medida em que o sistema político democrático é alimentado pela pluralidade e essas empresas cegam a visão do sujeito para o universo que está a sua volta, acabam por sequestrar sua atenção para fins comerciais.

Em vista disso, quando se fala de uso político desse tipo de coerção social, Nicolau Maquiavel, entre os séculos XV e XVI, na obra “O Príncipe”, escreve:

“[...] É necessário, porém, que ele - o Príncipe - tenha o espírito disposto a mudar segundo os ventos e as variações que a fortuna lhe impuser, e, como se disse antes, não se afastar do bem, se puder, mas saber enveredar-se pelo mal, se necessário. (Maquiavel, 2011,p.127”

Maquiavel ensina as diretrizes para o sujeito - Príncipe - manter-se no poder. Deste modo, ele alerta que se deveria seguir o caminho do bem, realizando ações corretas, mas, se necessário, o indivíduo deve saber utilizar o mal ao seu favor, como instrumento para alcançar um fim, o poder.

Percebe-se, em diversos casos da política, esse tipo de ação movida pelo interesse do poder. O caso da empresa Cambridge Analytica e a campanha do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, é um claro exemplo de quão “sujos” são os meios utilizados para ganhar uma eleição e alcançar o *status* de poder desejado.

A liberdade se tornou mercadoria no meio virtual. Tudo que é postado, ou, até mesmo, somente visualizado se torna um dado que é atrelado a outros dados que formam um perfil do indivíduo. Esse perfil é fonte para o marketing de vendas na internet e para a identificação da personalidade para fins de todos os tipos.

Em virtude desse tratamento dos indivíduos como meios para uma finalidade, critica-se esse pensamento a partir do Imperativo Categórico do filósofo Immanuel Kant, em sua obra: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Nesta obra, tal filósofo diz que:

“Os seres humanos estão sujeitos à lei, em virtude da qual cada um deles nunca deve tratar-se a si e aos outros como puros meios, mas sempre e simultaneamente como fins em si.”

O imperativo categórico de Kant remonta aos princípios da dignidade da pessoa humana, esses princípios são de suma importância para a ordem social. Como destaca o jurista, Miguel Reale: “De todos esses valores o primordial é o da *pessoa humana*, cujo significado transcende o processo histórico, através do qual a espécie toma consciência de sua dignidade ética.”

A liberdade individual faz parte do *rol* dos princípios da dignidade da pessoa humana, assim quando se viola esse direito está atingindo o axioma principal das sociedades do ocidente. É necessário cautela e muita reflexão crítica, quando se investe no progresso tecnológico desenfreado, e o maior freio e limite para policiar esse progresso, é, sem dúvidas, os Direitos Fundamentais da pessoa humana.

2.3 A MANIPULAÇÃO DAS MASSAS NOS DOIS MINUTOS DE ÓDIO E NAS FAKE NEWS

“[...] um guincho pavoroso, estridente, como o som produzido por alguma máquina monstruosa girando sem lubrificação, escapou da vasta teletela posicionada no fundo da sala. Era um barulho que mexia com os nervos da pessoa e arrepiava os cabelos da nuca. O Ódio havia começado.”

O trecho acima é a descrição do começo dos dois minutos de ódio - programa da teletela repetido religiosamente todos os dias - que tinha como objetivo apontar o inimigo do partido e consequentemente do povo, Emmanuel Goldstein. Atribuía todos os sentimentos ruins de repulsa e ódio a sua figura, mostrava-o como traidor, como sujeito que ajudava os exércitos inimigos a destruírem a Oceania.

Nessa lógica, nas sociedades contemporâneas, a mídia - principal canal de veiculação de notícias - incorpora essa função dos dois minutos de ódio. Uma vez que, quando se ouve um noticiário, os crimes são a parte principal das notícias e, com eles, surge o sentimento de raiva e de impunidade.

Entretanto, não são todos os crimes que ganham tal repercussão, geralmente são crimes patrimoniais - furto e roubo - ou tráfico de drogas e, também, não são todos os criminosos que recebem a visão negativa da mídia, em vista de que os criminosos que estão à margem da sociedade, vivendo em favelas, em condições degradantes são carimbados com o rótulo de principal problema da sociedade.

A mídia das sociedades reais contemporâneas alimenta os mesmos sentimentos de raiva, rancor e ódio que a programação diária dos dois minutos de ódio apresentado nas teletelas. A alienação é tanta que, em certos casos, o principal culpado de todos aqueles crimes, o Estado, é posto como herói, salvador da pátria e todos os sujeitos que assistem às reportagens aplaudem esse falso herói.

Como disse Orwell, em sua 1984, quando fala sobre a aparição do Grande Irmão, para Winston, nos “dois minutos de ódio”:

“Nesses momentos, sua repulsa secreta pelo grande Irmão se transformava em veneração, e o Grande Irmão adquiria uma estatura monumental, transformava-se num protetor destemido, firme feito rocha para enfrentar as hordas da eurásia, e Goldstein, a despeito de seu isolamento, de sua vulnerabilidade e da incerteza que cercava inclusive sua existência, virava um mago sinistro, capaz de destruir a estrutura da civilização com o mero poder de sua voz.”

Percebe-se, em toda obra, “1984”, que a manipulação de informação pelo partido é fundamental para se manter no poder. Na sociedade tecnológica atual, a manipulação da informação se tornou acessível a qualquer um que possua um dispositivo que se conecte a uma rede de internet.

Chama-se de “Fake News”, uma notícia falsa que é introduzida em um meio de comunicação legítimo com uma estrutura idêntica à uma notícia verdadeira, esse procedimento é uma arma utilizada tanto para instaurar o caos quanto para erguer um poder dissimulado que comanda todos com base em mentiras.

No documentário “Operation Infektion” do jornal The New York Times, é exposto a estratégia criada pela inteligência russa (KGB) para espalhar notícias falsas sobre o Governo dos Estados Unidos da América. Essa estratégia, a desinformação, possui o intuito de deliberadamente

distorcer informações ligadas dentro do canal comunicacional para manipular e enganar. É uma tentativa altamente organizada para enganar o público. Em tal documentário, ex-agentes da inteligência soviética afirmam que cerca de 15.000 pessoas participaram dessa operação, os quais eram pessoas de todas as nacionalidades possíveis, infiltrados nos meios de comunicações de todo o mundo.

É claro que a reportagem possui sua inclinação ideológica em vista de que o jornal editor é Norte Americano. No entanto, pode-se afirmar que as “Fake News” não são um fenômeno que emergiu em conjunto com a tecnologia da informação, em vista de que, desde que o mundo é mundo, as notícias falsas influenciam guerras e ajudam o governante a governar. Como expõe Maquiavel:

“[...]não pode, nem deve, portanto, um senhor prudente manter a palavra, quando tal observância lhe seja danosa e quando cessam as razões que o fizeram prometer. [...] não faltam nunca a um príncipe razões legítimas para justificar a quebra da palavra. Poder-se-ia dar infinitos exemplos, dos tempos de hoje, e mostrar quantas pazes e promessas foram malogradas pela infidelidade dos príncipes; [...], Mas é necessário saber ocultar essa natureza e ser bom simulador e dissimulador; são tão simples os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar.(Maquiavel, 2011,p.126)”

Nessa linha de raciocínio, toda ação é válida para manter a sociedade massificada, crédula de que o que o governo dita é a verdade. Em “1984”, existia uma instituição do governo própria para realizar essa atividade de manipulação dos fatos ocorridos. Inclusive o personagem central da obra, Winston, trabalhava diretamente com a modificação dos fatos alterando suas histórias, seja nas metas que não foram alcançados ou até mesmo no alvo inimigo de guerra da Oceania, que, de tempos em tempos, variava entre a Eurásia e Lestásia.

Essa facilidade de manipular os fatos do passado ocorria na sociedade distópica de Orwell, pois o poder centralizado do partido dominava todas as instituições da sociedade. Assim todo material histórico da sociedade pertencia ao partido e, por isso, manipulava-o da forma com que melhor atingisse seu interesse.

Na sociedade contemporânea não-fictícia, esse procedimento ocorre principalmente nas redes sociais, na medida em que esses espaços digitais pouco regulam conteúdo e seus algoritmos não conseguem impedir a publicação de tudo que é falso. De mesmo modo, tudo que é publicado e possui um potencial de repercussão é impulsionado por esses algoritmos, o que inflama e politiza os indivíduos, muitas vezes sobre um fato distorcido.

A expressão de senso comum - “a internet é terra de ninguém” - é uma ilusão, pois as grandes empresas digitais - Facebook; Google; Amazon; Microsoft e Apple - dominam o espaço virtual e ditam tudo que deve ser visto e comprado. Essas empresas acumulam dados das pessoas para práticas comerciais ocultas de extração, predição e vendas.

Como já dito, informação na era digital é mercadoria e é um produto valioso que essas empresas usurpam dos indivíduos para vender; dominar; e coagir a sociedade. A sociedade distópica de “1984” é manipulada por mentiras, tanto que não existe verdade a não ser aquilo que o partido diz - no momento. A sociedade real em que os seres humanos vivem está cega pelo progresso e não vê que está construindo e alimentando um poder totalitário que em algum momento do futuro poderá mostrar sua face oculta.

3 O IDEAL DE TECNOLOGIA PARA UM FUTURO PRÓXIMO

Até agora, somente, foi abordado os problemas que os avanços tecnológicos andam causando e que podem continuar a causar. Entretanto, seu progresso é inevitável, o que tem que se fazer é policiar esse avanço para que não provoque danos severos à humanidade.

Entre os avanços que podem mudar definitivamente a sociedade, está a emergência da quinta geração de internet móvel (5G). Essa nova frequência de dados permitirá que a Internet das coisas – conexão entre todo tipo de aparelho eletrônico desde um semáforo até uma geladeira – seja possível. Isso porque, essa nova geração suporta cerca de um milhão de aparelhos por km² de área.

Sua velocidade é cerca de 50 vezes mais rápida do que a atual geração, 4G. Isso oportuna, por exemplo, que carros no trânsito se comuniquem para evitar acidentes sem um “delay” que seria, também, um fator que causaria acidentes.

O 5G é, sem dúvidas, o próximo salto tecnológico que a humanidade dará. A grande questão é: se o capitalismo de vigilância está em plenos motores e a ascensão de uma conexão total entre os aparelhos está por vir, o que garante que essas novas tecnologias não irão servir como “espiões” e “ladrões” de informações das pessoas que delas utilizam.

3.1 O novo esqueleto social

Os avanços tecnológicos rumo ao futuro são incessantes, o progresso nunca esteve tão veloz e as relações humanas se moldam nesse cenário de mudanças intermináveis.

A natureza humana como ser político, destinado a viver em sociedade, analisada por Aristóteles, em sua obra Política, nunca esteve tão apagada. Percebe-se o início desse processo, a partir da revolução industrial, com a ascensão do sistema de produção capitalista. Na medida em que, com o surgimento desse modelo econômico, a sociedade focalizou seu olhar para a vida privada, esquecendo da vida pública.

Ao passar dos séculos, as sociedades sofreram mudanças em conjunto com o aprimoramento do capitalismo. Por consequência, a vida pública foi se restringindo cada vez mais a certas elites que somente ocupavam esses cargos para adquirir benefícios próprios. O teórico político italiano, Gaetano Mosca, foi o primeiro autor que escreveu sobre a formação de uma classe política dominante que governa em prol de si mesma, para Mosca

“a única distinção política que importava era aquela entre governantes - minoria que acumula o poder - e governados - grupo numeroso sobre o qual incide o poder. A maioria, apesar das crenças que tenha sobre si própria, jamais participa de fato do governo. Sempre haverá uma classe política organizada que se impõe, por superioridade moral, aos numerosos e fortes (Hollanda, 2011,p.14)”

Essa divisão entre elite dominante e massa da população dominada, é o reflexo do desinteresse do povo pela vida pública. No entanto, é necessário salientar que essa falta de interesse, na maioria dos casos, não é proposital. Isso porque, a rotina, criada pela lógica capitalista de vida, faz com que o homem não raciocine coletivamente, mas de forma individual. Em virtude de que, essa lógica ludibria o homem a pensar que os interesses públicos são gastos - de tempo; dinheiro; e energia - desnecessários quando se pode focar toda força no interesse próprio.

Assim, o indivíduo se atomiza na sociedade e passa a pensar que ele próprio pode realizar qualquer coisa a partir de sua iniciativa singular. Todavia, esses conceitos, que permeiam o imaginário social, deturpam a visão do povo sobre uma série de funções das instituições Estado. É comum na contemporaneidade, o sujeito, participativo do corpo social, questionar medidas

sociais que o Governo toma, pois para esse indivíduo qualquer esforço de cunho coletivo é desvantajoso e, portanto, não merece empenho do Governo.

Em vista disso, é importante destacar que, com a emergência da tecnologia e sua venda no mercado como produto, as pessoas, ao adquirirem essas novas mercadorias, se individualizam ainda mais e se isolam dos seus semelhantes, pois ficam presas ao meio virtual e esquecem que possuem uma vida real.

Zigmund Bauman estudou esses novos fenômenos nas relações humanas. Em sua análise, qualificou essas interações atuais como líquidas, em decorrência da instabilidade em que elas ocorrem. Essa liquidez das relações promove uma fragilidade no ser humano e as instituições privadas aproveitam disso, para seduzirem e alienarem o desejo do povo.

Nesse ponto extremo das relações humanas, instaura-se um limite perigoso entre liberdade e domínio absoluto de certas instituições sobre a sociedade. Em virtude disso, o que se propõe a seguir é uma alternativa viável que tangencia esse limite, de forma que, sempre norteado pelos princípios da liberdade e da igualdade, consiga comungar a tecnologia com as relações sociais sem prejuízo da saúde destas. Pois, para isso, é necessário que, no presente, se beba das águas utópicas dos sonhos e condense-as com a razão para que possa-se lutar por um ideal de futuro.

3.2 Uma visão utópica do futuro: A cidade X13

Em vista de tudo que foi discutido, no presente artigo, pretende-se desenvolver uma alternativa para o futuro, que envolva todos os avanços tecnológicos. Todavia, visasse também privilegiar o respeito a todos os Direitos Fundamentais da pessoa humana. Dessa forma, a seguir, mostrar-se-á uma cidade “fictícia” - cidade X13 - que pode se tornar real no futuro em função da ação humana no presente.

“No ano de 2103, a tecnologia da informação invadiu todos os ramos da sociedade e dominou todos os aparelhos eletrônicos, de tal forma que, não é mais possível estar “desconectado”. O

mundo real se mesclou com o virtual, a inteligência artificial existe e coopera para os avanços na sociedade.”

“Nesse mundo, existe uma cidade chamada X13. Nessa cidade - a mais avançada em níveis de igualdade social - a tecnologia proporcionou uma ruptura fundamental para que tal cidade se tornasse tão avançada: introduziu-se no sistema político a forma de democracia direta gerida pela tecnologia e fundamentada por um sistema educacional crítico.”

“Já no sistema de produção, toda a mão de obra passou a ser tecnológica, ou seja, a humanidade se libertou das funções de trabalho mais pesadas, dando lugar para as máquinas, assim pôde focar em áreas que abrangem as principais virtudes humanas, tal como as artes.”

“Todo funcionamento público opera virtualmente. As instituições públicas, salvo exceções, não possuem mais local físico; os servidores públicos perderam seus postos para um sistema virtual integrado que trabalha com mais eficiência e velocidade.”

“O parlamento se tornou uma instituição de todos, ou seja, todo cidadão possui acesso e participação nos debates e votações, que ocorrem todos virtualmente. Isso porque, todo cidadão possui uma ferramenta tecnológica – smartphone – que possibilita o acesso à plataforma integrada do Governo, na qual há todos os órgãos públicos, o que possibilita maior transparência e facilidade; todos seus registros pessoais, tais como registro geral e CPF; todos os tipos de atendimento público, seja para resolver um problema de documentação ou até para emitir um boletim de ocorrência; e todas as funções políticas, desde o direito de voto direto até o poder de elaborar uma proposta de lei.

“Para isso, fez-se necessário a construção de um cidadão novo, por isso que aprende-se, desde cedo, a realizar escolhas políticas que beneficiam o indivíduo e sua coletividade, assim, instituiu-se nas escolas públicas o ensino formador, no qual visa-se construir no indivíduo características morais como solidariedade e justiça.”

“Os Direitos Humanos se tornaram parte da grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Todo indivíduo integrado na sociedade deve possuir um conhecimento prévio para realizar suas escolhas políticas diárias de maneira mais virtuosa possível.”

Assim se pensou o modelo de cidade utópica, na qual a tecnologia serve apenas como ferramenta a serviço do homem, de mesmo modo que o escravo - “[...] aqueles que não têm nada melhor a oferecer que a sua força corporal são destinados, por natureza, à escravidão [...] (Aristóteles, 2017, p.36)” - serviu para os gregos na antiguidade, como instrumento para as atividades laborais diárias e para garantir um rico espaço de tempo e conforto para o cidadão ateniense realizar suas atividades políticas na *polis*.

Com isso, a humanidade se libertou da árdua rotina focada no trabalho e no acúmulo de capital, que o sistema capitalista implementou no imaginário social como a única trilha para a felicidade. Uma vez que, a sociedade se tornou hiper-produtiva - aquilo que Marx um dia sonhou - com o auxílio das máquinas, que passaram a atuar em todos os setores de produção. O acúmulo de bens perdeu seu significado de sinônimo de “poder” devido a enorme fartura.

Desse modo, a “riqueza das nações” não se baseia mais em números quantitativos, mas passa a visar números qualitativos na sociedade. Isso porque, a lógica do sistema mudou e passou a operar em busca de outros objetivos, tais como as melhorias sociais e o aprimoramento das artes humanas.

Consoante a isso, o homem passou a valorizar a vida em sociedade como fim máximo a ser atingido, pois, anteriormente, o ser humano, no mundo liberal capitalista, “[...] avalia todas as coisas em dinheiro, o que leva-os a exercer um grande número de profissões inúteis e supérfluas, unicamente a serviço do luxo e do prazer. (More, 2017, p.61)”, e, portanto, ao inseri-lo em um novo universo, no qual os conceitos sociais são outros, o sujeito adere a outros princípios tais como os supracitados.

Vale ressaltar que, com a mudança de paradigma no corpo social, para uma nova matriz de pensamento focada nos valores humanos de vida e cultura, a produção humana de matéria - tudo aquilo que o ser humano produz a partir de seu intelecto - deixou de ser meio para alcançar o acúmulo de capital, o que, de certa forma degenerativa, afetava diversas áreas da produção humana, pois confundia as noções de valor e preço do produto. Assim, após essa mudança na lógica de produção, a sociedade passou a contemplar a busca pelo aprimoramento da arte - toda produção que parte do intelecto humano - como fim a ser atingido.

3.2.1 A educação como pressuposto fundamental

Ao analisar qualquer organização social do nível macro ao micro, perceber-se-á que a educação é o princípio norteador de qualquer ordem social, seja dentro de uma família, ou até dentro de um Estado de direito. Isso porque, o organismo social é regido por regras e valores que precisam ser respeitados e seguidos, em vista da convivência harmônica entre os indivíduos. Para isso, a educação surge como ferramenta basilar, uma vez que, dentro do processo de aprendizagem, é ensinado para o aprendiz todo o conjunto de regras e valores que operam a sociedade e que devem ser seguidos.

Nesse sentido, com o objetivo de construir uma nova civilização empenhada na melhora da qualidade de vida de seus cidadãos, faz-se necessário que haja dentro do sistema educacional certas matérias que moldam a figura de um cidadão ativo - aquele que participa das coisas públicas.

Em primeiro lugar, percebe-se que o indivíduo nasce cidadão, pois está inserido dentro do contexto social - no qual ao nascer o indivíduo recebe seus primeiros documentos de identificação, o que o torna cidadão. No entanto, para o sujeito se tornar um cidadão ativo, é necessário que esse indivíduo saiba quais direitos e deveres lhe pertence. Por isso, é imprescindível que se ensine nas escolas de nível médio e fundamental, a matéria de Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

Isso porque, os direitos fundamentais são direitos básicos que todo ser humano possui e que devem ser respeitados em todo o corpo social por todos os seus membros. Nesse contexto emerge a função formadora da educação, pois como informa Andrade

“[...] a educação deve ser um meio para estimular o desenvolvimento do ser humano, com vistas ao exercício da cidadania - quer dizer que esta perspectiva educacional implica a formação do ser humano como um sujeito social que pensa coletivamente e intervém na sociedade, dentro de um contexto de solidariedade e justiça [...] (Andrade, 2008, p.7)”

Assim, entende-se que a educação é o processo fundamental que todo indivíduo deve passar para que possa interagir no meio social de forma positiva para si e para seus semelhantes.

Portanto, em virtude de todo esse processo de transformação social idealizado até aqui, pode-se perceber a fundamental importância da educação formadora, na medida em que

“[...] a educação formadora é vista como estratégia para se desenvolver a cidadania, uma vez que educar para a cidadania é trabalhar um processo educacional que visa transformar a sociedade, de forma paulatina mas constante, que busca vislumbrar a si e ao outro como agentes de uma sociedade democrática, em que princípios como igualdade, justiça e solidariedade são pilares fundamentais, especialmente por que há, num processo educativo como este, a socialização de princípios basilares dos direitos humanos (Andrade, 2008, 8).”

Em vista disso, deve-se implementar à educação formadora as matérias que ensinam os direitos fundamentais da pessoa humana, uma vez que os conceitos presentes nessas matérias são imprescindíveis para formação de um cidadão que respeite os princípios de igualdade, justiça e solidariedade, presentes nas metas de ensino da educação formadora.

De mesmo modo que, para o sujeito exercer seu papel ativo na vida pública, se faz necessário que saiba seus direitos e deveres, pois, em razão do agir de forma republicana, ou seja, da maneira mais virtuosa em que um cidadão pode agir, torna-se um imperativo a defesa de seus direitos básicos.

Paralelo a educação formadora e o ensino dos direitos fundamentais, deve-se complementar essa nova grade de ensino com matérias voltadas para o uso das tecnologias. Isso porque, nesse futuro ideal, o ser humano utiliza as ferramentas tecnológicas para a maior parte das funções de trabalho diárias. Assim, torna-se basilar, da mesma forma que o ensino formador, o aprendizado técnico e ético do uso das tecnologias disponíveis.

As lições aplicadas ao uso de aparelhos tecnológicos servem para limitar possíveis desvios humanos de conduta, pois, como já visto no presente trabalho, a tecnologia pode servir como arma para espalhar mentiras; furtar dados pessoas; e manipular condutas pessoais.

Dessa forma, o ensino técnico capacita o indivíduo a operar de forma consciente as tecnologias no meio virtual, de maneira que torna-se mais difícil enganá-lo ou induzi-lo. No mesmo sentido, o ensino da ética aplicada ao meio virtual torna-se imprescindível, uma vez que, o sujeito, da mesma forma que aprende as normas de conduta do meio real, deve aprender como se portar no meio digital, em vista de uma convivência harmônica que minimize as patologias sociais que surgem no meio.

3.2.2 O espaço virtual como novo local de debates e votações

A partir do momento em que se habilita todos os cidadãos para a vida pública e para o ambiente virtual, por meio de um sistema de educação que visa a formação do indivíduo como ser participante de uma coletividade, pode-se inferir que: a sociedade está apta para tomar suas próprias decisões de forma menos impulsiva e mais consciente.

No que concerne ao entendimento da sociedade perante as questões que surgem durante sua trajetória na história, percebe-se que a falta de conhecimento sempre foi terreno infértil para as boas decisões. Isso porque, “todos querem sempre o próprio bem, mas este nem sempre é compreendido. Nunca se corrompe o povo, mas com frequência é enganado, e só então parece querer o que é mau” (Rousseau, 2007, p.45).

Nesse fragmento do Contrato Social, percebe-se que o indivíduo como sujeito participativo do corpo social é movido pelos seus interesses próprios, guiados pela conservação do seu bem. Assim, ao inseri-lo em uma comunidade de semelhantes, tornando-o parte do que se chama de povo, não há como corrompê-lo para o mal, mas se pode enganá-lo, deturpar sua visão sobre o bem e, por isso, faz-se necessário o acesso pleno à informação, para que não haja manipulações.

É imperioso lembrar que, a razão pela qual não se pode corromper o ser humano para o mal, é que o homem é o único ser vivo que possui a capacidade de distinção das coisas que o circunda. Assim, “[...] é isso o que distingue essencialmente o homem dos outros animais: discernir o bem e o mal, o justo e o injusto, e outros sentimentos dessa ordem [...] (Aristóteles, 2017, p. 31)”. Por isso, cada indivíduo com seus próprios juízos decide o que é certo e errado para si.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a vontade particular de cada cidadão, baseada em uma educação formadora que sempre atinou para a importância da participação ativa do sujeito em conjunto com suas próprias reflexões, é imprescindível para o sistema político democrático. Desse modo “[...] para ter claramente o enunciado da vontade geral, é importante que não haja sociedade parcial no Estado e que cada cidadão opine apenas por si mesmo (Rousseau, 2007, p. 46)”.

Portanto, entende-se que o melhor caminho para se chegar a “vontade geral” é por intermédio do sistema democrático direto. Uma vez que, nesse sistema, os cidadãos expressam suas vontades pelas suas próprias vozes, sem depender de vínculos partidários, que prejudicam a promoção, no debate, de certos interesses particulares do sujeito. Por isso,

“quando se criam facções, associações parciais em detrimento da grande, a vontade de cada uma dessas associações torna-se geral em relação aos seus membros e particular em relação ao Estado; pode-se dizer então que o número de votantes não é mais o de homens, mas de associações. As diferenças tornam-se menos numerosas e produzem um resultado menos geral. Enfim, quando uma dessas associações é tão grande que sobrepuja todas as outras, não temos mais como resultado uma soma de pequenas diferenças, mas uma diferença única; então, não há mais vontade geral, e a opinião que prevalece é uma opinião particular (Rousseau, 2007, p.46)”.

Dessa forma, percebe-se que, quando a democracia recebe participações além das de seu povo, como as de instituições e organizações sociais que dizem representar uma parcela da população, o sistema democrático deixa de ser pertencente ao povo. Isso porque, essas organizações, na maioria dos casos, utilizam da retórica do discurso para ludibriar seus associados e dizer que os representa. No tocante a isso, Cristina Buarque de Hollanda declara que “Em todas as estratégias de justificação, as bases reais de sustentação da elite política permaneceriam ocultas pela sedução religiosa e/ou racionalista (Hollanda, 2011, p.16)”.

Por isso que quando o povo deixa de exercer seu papel de cidadão ativo, transferindo-o para uma instituição partidária – por exemplo -, o poder público torna-se mais concentrado e passa a ser cobiçado por elites da sociedade. Assim, o mecanismo político volta a se degenerar em ciclos, cada vez mais caóticos, que levam as desigualdades ao extremo.

Entretanto, a proposta deste trabalho é romper esses ciclos degenerativos da política, mas, para isso, faz-se necessário que as mudanças basilares ocorram tal como foi supracitado no sistema de educação. Já na reforma político, entende-se como norte, a mudança para a democracia direta, pois esse é o único modelo que, de fato, atende a característica individualista do homem e é plausível a partir do momento em que se tem um aparato tecnológico para operá-lo.

Portanto, pode-se dizer que, ao realizar essas mudanças, a realidade do regime democrático se aproxima de sua teoria, já que nessa, a democracia é idealizada a partir dos princípios de liberdade e igualdade, os quais denotam uma série de responsabilidades e direitos que devem

ser resguardados, pois como disse Abraham Lincoln, em seu célebre discurso de Gettysburg: “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo.”

Por isso, ao garantir uma justa e igual educação centrada na formação ética e técnica do cidadão em conjunto com a liberdade e desenvolvimento que a tecnologia pode proporcionar ao devolver para o homem o ócio - o que fomenta a iniciativa para a vida pública – e ao disponibilizar para o sujeito ferramentas tecnológicas – aparelhos que conectam o indivíduo no meio virtual público -, o organismo social se reinventa e se fortalece ao ponto de dificultar ao máximo que regimes como o totalitarismo ressurgam no corpo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto e apresentado, conclui-se que a tecnologia e o meio virtual estão caminhando para um futuro sombrio, no qual o indivíduo e a sociedade são escravos dos interesses de empresas que gerenciam o comércio de aparelhos tecnológicos e governam o meio virtual. Uma vez que, essas empresas formam, praticamente, um monopólio que administra todos os setores da comunicação no meio virtual. Por isso, há, dentro do universo virtual, uma enorme coleta de dados pessoais dos usuários por esse monopólio tecnológico, o que é comercializado em outras áreas de mercado em vista de que essas informações traçam o perfil do consumidor e tornam mais fácil induzi-lo a compra.

De mesmo modo, percebeu-se que, dentro do mundo de facilidades que a tecnologia da informação e as redes sociais trouxeram, existem mazelas que prejudicam, brutalmente, o meio real, tal como são as notícias falsas espalhadas nas redes sociais. Isso porque, essas notícias trazem conteúdo verossímil com a realidade, o que faz o indivíduo repassar o conteúdo falso afirmando que é verdadeiro. Isso gera danos incontáveis, pois pode causar desde uma briga até alterar uma eleição.

Dessa forma, entendeu-se que tanto a monetização de dados pessoais de usuários do meio virtual, quanto o processo fraudulento de criação de notícias falsas são inimigos do regime democrático e que se não forem combatidos com urgência, a democracia pode se esfacelar cedendo lugar para um regime do passado altamente inescrupuloso, o totalitarismo.

Portanto, chegou-se a uma ideia, um tanto utópica, mas que visa preservar aquilo que a humanidade tanto lutou para conquistar, os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Assim, após ser exposto uma realidade fictícia, fundamentou-se que é possível atingir esses padrões idealizados de sociedade, uma vez que, se houver uma grande reforma na educação, implementando a educação formadora e matérias que envolvam o ensino de Direitos Fundamentais e do uso ético do meio virtual em conjunto com uma reforma no regime democrático, transformando-o em Direto, em vista da prevenção de formação de elites políticas, o corpo social pode desviar daquele destino tão tenebroso que está se formando.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. Livro 1, In: Aristóteles(ed.). Política. São Paulo: Martin Claret, 2017. p.27- 55.
- ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. O Direito vai a escola: a construção da cidadania. In IV Encontro Anual da ANDHEP, Vitória, 2008. Anais... São Paulo: Associação Nacional de Direitos Humanos, 2008
- GARATTONI, Bruno; SZKLARZ, Eduardo. Smartphone o novo cigarro. Superinteressante. Capa. São Paulo, outubro. 2019
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Teoria das elites. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 100p.
- KANT, Immanuel. Fundamentos da metafísica dos costumes. São Paulo, Ediouro, 1985. 142p.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 414p.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Madras, 2011. 187p.
- MORE, Thomas. UTOPIA. São Paulo: Lafonte, 2017. 126p.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2002. 377p.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Livro 2. In: Rousseau, Jean-Jacques (ed.). O contrato social. Porto Alegre, LPM, 2018. p. 42- 69.
- ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism. The fight for the future at the new frontier of power. Nova Iorque: Public Affairs, 2019. 704p.

,